



Federação das Indústrias do Estado do RN
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



MaisRN
DIGITAL

CADERNO MAISRN DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

VOLUME 1 - NOVEMBRO

2021

APRESENTAÇÃO DO CADERNO

Este primeiro volume do "Caderno **MAISRN** do Desenvolvimento Sustentável" traz de forma simplificada e acessível o contexto do debate internacional atual sobre o desenvolvimento ecologicamente centrado, tendo em vista a realização da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26).

TEMAS ABORDADOS



Para mais informações, dados e análises acesse a plataforma **MAISRN Digital**



LINHA DO TEMPO

1972

Declaração de Estocolmo

- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (ONU);
- Criação do Manifesto Ambiental

1979

1ª Conferência Mundial sobre Clima (Organização Mundial de Meteorologia)

- Programa do Clima Mundial

1992

ECO-92 - "Cúpula da Terra"

- Agenda 21

2012

RIO+20

- COP sediada no Rio de Janeiro

2021

COP26 - Realizada em Glasgow na Escócia

1977

COP3 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável;

- Protocolo de Kyoto

1988

1ª Conferência Climatológica Mundial

- Criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

2002

RIO+10

- Iniciativa Brasileira de Energia

2015

COP21 - Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas;

- Acordo de Paris.

A COP26

Em meio à **Revolução Industrial** a sociedade acreditava que a Terra possuía **recursos inesgotáveis**. Dessa forma, a Revolução seguiu sem limitação de utilização de recursos e uma cultura de desmatamento, poluição e extração desenfreada se enraizou nos moldes industriais. Desde a comprovação das emissões dos gases de efeito estufa e seus impactos negativos no planeta, a mentalidade dos países desenvolvidos precisou mudar visando a melhoria da qualidade de vida e maior longevidade aos recursos existentes.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), em um primeiro evento ocorrido em 1972 - a Conferência de Estocolmo - definiu ações como **compromisso dos países** para a redução do impacto de suas atividades produtivas no meio ambiente, de forma a minimizar os danos causados também às suas populações. O documento de Estocolmo declara que é obrigação dos países a preservação da fauna e da flora; a redução do uso de resíduos tóxicos; e o apoio ao financiamento do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos de forma sustentável ecologicamente.

Desde então o debate sobre o desenvolvimento sustentável tem evoluído e novos encontros internacionais com pactos entre os Estados tem sido firmados e **novas soluções práticas** são propostas como o reflorestamento e a priorização da geração de energia por fontes não-fósseis (eólica, solar e hidrogênio verde, por exemplo).

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) se estabeleceu como o principal evento ambiental internacional reunindo os líderes de todo o mundo e firmando pactos como o Protocolo de Kyoto (firmado em 1977, no qual as nações industrializadas se comprometeram a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 5,2% em 4 anos) e o **acordo de Paris** (assinado em 2015 por 147 países, **incluindo o Brasil**, que tem por objetivo **reduzir a temperatura mundial em 1,5 graus Celsius**) para de forma conjunta tentar mitigar a desordem ambiental causada ao longo da história.

Na vigésima sexta edição da COP, que teve início em 31 de outubro de 2021, os países signatários do acordo de Paris devem apresentar suas **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**, ou seja, quais metas e medidas foram estabelecidas para atender ao objetivo do acordo. No entanto, de acordo com técnicos da ONU, as **contribuições** dos países até o momento foram **ínfimas** e dada a urgência do tema devem ser rapidamente recalculadas.

Para nortear novas NDCs, o Conselho Global de Energia Eólica (GWEC) publicou um Manifesto assinado por **mais de 90 organizações** produtoras de energia eólica do mundo inteiro com ações inadiáveis para os países, tendo em vista que **3/4 das emissões dos gases de efeito estufa são provenientes do setor de energia**.

A COP26 - RESULTADOS

O Pacto Climático de Glasgow, firmado na COP26, foi avaliado de forma positiva pela Confederação Nacional da Indústria, que aponta agora como crucial a implementação de forma efetiva e estratégica os compromissos firmados na Conferência. Dentre os avanços consolidados no acordo, o principal desafio do Brasil é o de zerar o desmatamento ilegal até 2028, medida que deve influenciar substancialmente a nova meta de redução de emissões dos gases de efeito estufa, que agora é de 50% até 2030.

Abaixo estão listados os compromissos assumidos pelo Brasil e o posicionamento da CNI em relação a esses:

1. Apresentação do plano para atingimento da meta de neutralidade de carbono até 2050

A CNI apoia essa meta ao colocar o país alinhado à tendência adotada pelas principais economias do mundo.

2. Aumento da meta de redução de emissões de gases de efeito estufa de 43% para 50% até 2030, com base nas emissões de 2005

Com essa nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDCs), o Brasil continua com uma das metas mais ambiciosas do mundo e atende aos pleitos da comunidade internacional para aumentar a ambição de redução de emissões de gases de efeito estufa. Ao se comprometer com essa meta o país deverá ter mais força para cobrar reciprocidade, sobretudo, dos países desenvolvidos.

3. Anúncio de novo plano de combate ao desmatamento, com meta de zerar o desmatamento ilegal até 2028

Esse compromisso é uma resposta ao principal problema de emissões de gases de efeito estufa no Brasil e pode ajudar a melhorar a imagem do país. No entanto, são necessárias medidas e políticas efetivas para o atingimento dessa meta e o aumento da credibilidade do país com seus principais parceiros comerciais.

4. Adesão à Declaração sobre florestas e uso da terra

Na prática, o Brasil já possui uma das legislações e políticas mais rigorosas do mundo, em especial o Código Florestal. É necessário que o país mostre à comunidade internacional ações concretas de que está realmente implementando suas regras e combatendo o desmatamento ilegal, a fim de continuar no caminho da conservação florestal.

5. Adesão à meta global de redução em 30% das emissões de metano, com base nas emissões de 2020

Trata-se de uma meta global e não individualizada para os países e pode ser contemplada entre as metas de redução de emissões já estabelecidas na NDC. Há a necessidade de se aprofundar a questão de metodologias para mensurar, monitorar e verificar as emissões, além de fontes de financiamento para a adoção de tecnologias que contribuam para a mitigação do metano.



MAISRN COP26

ORIENTAÇÕES DO MANIFESTO GLOBAL WIND ENERGY PARA O COP26

1 Aumento do interesse pela geração de energia eólica resultando em NDCs, estratégias climáticas nacionais abrangentes e planos energéticos de curto e longo prazo;

Comprometimento em acabar rapidamente com a geração de energia a base de carvão;

2

3 Planejar e implementar mercados energéticos para o futuro;

Implementar esquemas de permissão simplificados e coerentes para projetos de energias renováveis, visando minimizar atritos entre os projetos e acelerar sua implantação;

4

5 Iniciar planos para construir de forma rápida redes de energia renováveis e estações de carga para veículos elétricos;

Desenvolver políticas públicas coesas e inclusivas que destinem recursos públicos às mudanças sociais para zerar as emissões de carbono;

6

7 Alinhar os fluxos financeiros nacionais e regionais com objetivo da transmissão zero de carbono, complementares à meta de $-1,5^{\circ}\text{C}$;

Avançar a cooperação voluntária na precificação de carbono de acordo com os artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris.

8

Em consonância com as propostas apresentadas, o Estado do Rio Grande do Norte (atualmente o maior produtor de energia eólica do Brasil) tem potencial para tornar-se referência nacional e internacional em geração de energias limpas, em especial a eólica. Além dos recursos naturais necessários, o Estado também dispõe de organizações nos âmbitos público, privado e terceiro setor, que estão articuladas para fornecer suporte aos produtores, visando o desenvolvimento da atividade na região.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, junto ao MaisRN, tem operado o **Mapa das Energias Renováveis**, um painel interativo com informações estratégicas para monitoramento e incentivo da atividade da geração de energias. A Federação também possui uma Comissão Especial para tratar do tema das energias renováveis, a COERE, que possui 45 atores envolvidos atuando em Grupos de Trabalho e uma plataforma para acompanhamento dos resultados atingidos.

No Rio Grande do Norte ainda está localizado o maior centro de capacitação e pesquisa em energias do país, com reconhecimento e certificação internacional, o CTGÁS-ER, além do Instituto SENAI de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER).

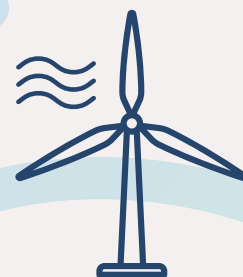
Dessa forma, urge alinhar ações advindas das iniciativas públicas e privadas com o propósito de atender à agenda internacional e consolidar os bons impactos ambientais e econômicos da geração de energia de forma sustentável no estado.

Energia eólica no RN em números:



5,77

GW em
operação



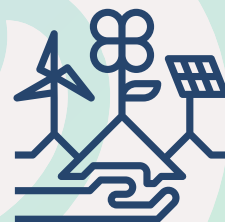
2.325

Aerogeradores
em operação



197

Parques em
operação



35

Municípios
produtores de
energia

Fonte: ANEEL, 2021.



MaisRN

DIGITAL



Federação das Indústrias do Estado do RN

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA